

LEI Nº 18.505, de 04/11/2009

CRIA A FUNDAÇÃO CENTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS - HIDROEX - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º Fica criada a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas Hidroex -, com autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica de direito público, prazo de duração indeterminado, sede e foro no Município de Frutal.
- § 1º Para os efeitos desta Lei, as expressões "Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas", "Fundação Hidroex" e "Hidroex" equivalem-se.
- § 2º A Hidroex está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior SECTES.
- § 3º A Hidroex desenvolverá suas atividades em conjunto com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, especialmente conforme projeto aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO -, observados o Programa Hidrológico Internacional PHI e as normas jurídicas brasileiras e as dos países onde venha a atuar.

Capítulo II DA FINALIDADE E DAS COMPETÊNCIAS



Art. 2º A Hidroex tem por finalidade planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar programas e projetos de defesa e preservação do meio ambiente, relativos à gestão das águas e dos recursos hídricos, envolvendo a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos, a promoção de ações educativas, a construção de bancos de dados e a prestação de serviços de interesse público.

Art. 3° São competências da Hidroex:

- I criar e garantir condições de referência na formação e no desenvolvimento de recursos humanos, na pesquisa e na prestação de serviços, no que diz respeito a águas superficiais e subterrâneas;
- II estimular e desenvolver pesquisas, estudos e eventos na sua área de atuação;
- III participar do processo de criação e orientação da rede de órgãos e entidades de direito público e privado legalmente constituídos para atuar na área das águas superficiais e subterrâneas, incluídas as águas minerais e as potáveis de mesa, observada a legislação aplicável;
- IV promover e colaborar na seleção e na capacitação de profissionais, mediante a realização de cursos presenciais, semipresenciais, a distância e de educação continuada, de seminários, simpósios e conferências para a proteção das águas e o gerenciamento integrado das águas superficiais e subterrâneas;
- V colaborar na pesquisa e no estudo da realidade e dos cenários relativos às águas superficiais e subterrâneas nas regiões em que atue;
- VI estabelecer parcerias com universidades, organizações do terceiro setor da economia, escolas, centros universitários e outras instituições de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, legalmente constituídas, com atuação permanente no âmbito dos recursos hídricos e da proteção e da conservação ambiental;
- VII organizar e manter sítio eletrônico e portal de dados e de referências das realidades hídrica e ambiental na sua área de atuação, com ênfase em práticas de gerenciamento sustentável dos recursos hídricos e disponibilização das tecnologias existentes;
- VIII colaborar com os sistemas de informações e dados relativos ao gerenciamento de águas e recursos hídricos;



- IX realizar atividades de mobilização social em torno de temas relacionados com a proteção das águas e o gerenciamento dos recursos hídricos de domínio do Estado ou da União, atendidos os princípios estabelecidos na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- X desenvolver e aplicar ferramentas adequadas para educar diferentes comunidades, visando ao aprimoramento de sua qualidade de vida e à utilização sustentável da água;
- XI contribuir para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e para a implementação dos objetivos do PHI;
- XII assistir tecnicamente formadores de políticas públicas, comunidades e profissionais na sua área de atuação;
- XIII articular-se com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, objetivando a captação de recursos financeiros de investimento ou financiamento para o desenvolvimento de suas atividades;
- XIV firmar contratos, convênios e acordos de qualquer natureza para a prestação de serviços de consultoria, pesquisa, capacitação de recursos humanos, educação ambiental e outros relacionados à sua área de atuação;
- XV firmar termo de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público credenciadas nos termos da legislação estadual;
- XVI desenvolver outras atividades necessárias à realização de suas finalidades.

Capítulo III DA ESTRUTURA ORGÂNICA

Art. 4° A Hidroex tem a seguinte estrutura orgânica básica:

I - Unidades Colegiadas:



- a) Conselho Gestor;
- b) Conselho Científico;
- II Direção Superior:
- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- III Unidades Administrativas:
- a) Gabinete;
- b) Procuradoria;
- c) Auditoria Seccional;
- d) Assessoria de Comunicação Social;
- e) Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças;
- f) Diretoria de Pesquisa;
- g) Diretoria de Capacitação e Ensino.
- § 1º As competências e a composição dos Conselhos Gestor e Científico, assim como as competências das unidades previstas no caput e a denominação e as competências das unidades da estrutura orgânica complementar serão estabelecidas em decreto, assegurada a participação da UNESCO no Conselho Gestor.
- § 2º A Hidroex será dirigida por Diretoria Colegiada, composta pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelos titulares das unidades a que se referem as alíneas "e", "f" e "g" do inciso III do caput.

Capítulo IV DOS CARGOS



Art. 5° Fica acrescentado ao item IV.1 do Anexo IV da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, o item constante no Anexo I desta lei, que contém os quantitativos de DAI-unitário, FGI-unitário destinados à Hidroex.

Parágrafo Único. A identificação dos DAIs, FGIs e GTEs a que se refere o caput será fixada em decreto.

Art. 6° Ficam criados, no Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão, a que se refere o art. 1º da Lei Delegada nº 175, de 2007, os seguintes cargos de provimento em comissão, destinados à Hidroex:

- I cinco cargos de Administração Superior, sendo um cargo de Presidente, um de Vice-Presidente e três de Diretor;
- II trinta cargos do Grupo de Direção e Assessoramento.
- § 1º Em função do disposto no caput, fica acrescentado ao Anexo V da Lei Delegada nº 175, de 2007, o item V.35, na forma constante no Anexo II desta Lei.
- § 2º Os cargos a que se refere o caput e as formas de recrutamento correspondentes serão definidos em regulamento.
- § 3º Para o exercício do cargo de titular de unidade da estrutura orgânica, será exigida qualificação profissional específica, definida com base nas necessidades técnicas e administrativas da Hidroex.
- Art. 7º A Hidroex poderá requisitar servidores de órgãos ou entidades integrantes da administração pública estadual.

Capítulo V DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

Art. 8° Constituem patrimônio da Hidroex:



- I os bens e direitos de que venha a ser titular;
- II as ações e os legados de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, que lhe venham a ser transferidos.
- § 1º A alienação de bens da Hidroex dependerá de prévia aprovação do Conselho Gestor, observada a legislação pertinente.
- § 2º Nas doações de terceiros, será respeitada a destinação declarada no instrumento do contrato.
- § 3º Em caso de extinção, os bens e direitos da Hidroex reverterão ao patrimônio do Estado, salvo se lei específica prescrever outra destinação.

Art. 9° Constituem recursos da Hidroex:

- I as dotações anualmente consignadas no orçamento do Estado, de forma a garantir os recursos necessários a sua manutenção;
- II os resultantes da receita diretamente arrecadada, provenientes de contratos, convênios e acordos de qualquer natureza firmados para a prestação dos serviços a que se refere o inciso XIV do art. 3°;
- III os repasses, as subvenções e os auxílios concedidos por meio de convênios, consórcios ou outros ajustes com órgãos governamentais ou entidades nacionais ou internacionais;
- IV as doações ou os legados dos quais seja beneficiária;
- V os provenientes de outras fontes.

Capítulo VI DISPOSIÇÕES FINAIS



- Art. 10 O exercício financeiro da Hidroex coincidirá com o ano civil.
- Art. 11 O orçamento da Hidroex é uno e anual, compreende as receitas, as despesas e os investimentos dispostos em programas e integrará o orçamento fiscal do Estado.
- Art. 12 A Hidroex sucederá a Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG nos contratos, convênios e demais direitos e obrigações que ela tenha contraído por intermédio do Centro de Pesquisa, Capacitação e Educação em Águas, criado pelo art. 1º do Decreto nº 44.919, de 14 de outubro de 2008.
- Art. 13 À Hidroex caberá a elaboração de seu estatuto no prazo de cento e oitenta dias contados da data de publicação desta Lei.
- Art. 14 A Hidroex celebrará Acordo de Resultados, nos termos da Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008.
- Art. 15 A SECTES e a UEMG prestarão apoio logístico e operacional à Hidroex até a sua instalação.
- Art. 16 A Advocacia-Geral do Estado AGE representará a Hidroex nos processos judiciais em que esta for parte ou interessada até a implantação de sua Procuradoria, que atuará segundo as diretrizes técnicas do Advogado-Geral do Estado.
- Art. 17 Fica acrescentado o seguinte item 5 à alínea "b" do inciso II do art. 4º da Lei Delegada nº 115, de 25 de janeiro de 2007:

"Art. 4°...

II - ...

b)...

- 5. Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas Hidroex.".
- Art. 18 Fica acrescentada a seguinte alínea "i" ao inciso II do art. 28 da Lei Delegada nº 112, de 25 de janeiro de 2007:



"Art. 28...

II - ...

i) Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex - ;".

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 4 de novembro de 2009; 221º da Inconfidência Mineira e 188º da Independência do Brasil.

AÉCIO NEVES

Danilo de Castro

Renata Maria Paes de Vilhena

Alberto Duque Portugal

José Carlos Carvalho

ANEXO I

(a que se refere o art. 5º da Lei nº 18.505, de 4 de novembro de 2009.)

"ANEXO IV

(a que se referem o § 2º do art. 2º , o § 4º do art. 8º , o § 2º do art. 12 e o inciso I do § 1º do art. 14 da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007)

IV.1 - QUANTITATIVOS DE DAI-UNITÁRIO, FGI-UNITÁRIO E GTE-UNITÁRIO ATRIBUÍDOS ÀS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO



FUNDAÇÕES		[
	DE	DE	======= QUANTITATIVO DE GTE-UNITÁRIO
()	()	()	()
 Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex		 46,89 	 18,00"

ANEXO II

(a que se refere o § 1º do art. 6º da Lei nº 18.505, de 4 de novembro de 2009.)

"ANEXO V

(a que se referem o § 3º do art. 2º e os arts. 10, 11, 16, 17 e 18 da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007)

QUANTITATIVO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DE FUNÇÕES GRATIFICADAS ESPECÍFICAS CRIADAS E EXTINTAS E SUA CORRELAÇÃO

(...)

V.35 - Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex

V.35.1 - CARGOS EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTITATIVO	CÓDIGO	VENCIMENTO
Presidente	=====================================	======= PR-HR 	7.500,00
Vice-Presidente	 1	 VP-HR	6.000,00
Diretor	3	 DR-HR 	6.000,00

V.35.2 - QUANTITATIVO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO

ESPÉCIE/NÍVEL 	QUANTITATIVO DE CARGOS	VALOR (EM DAI-UNITÁRIO)
======== DAI-1	7	7,00
 DAI-6	5	10,00
 DAI-11 	5	15,00
DAI-16	4	16,00
DAI-20	2	12,00
DAI-24	2	16,00
DAI-26	5	50,00
TOTAL	30	126,00